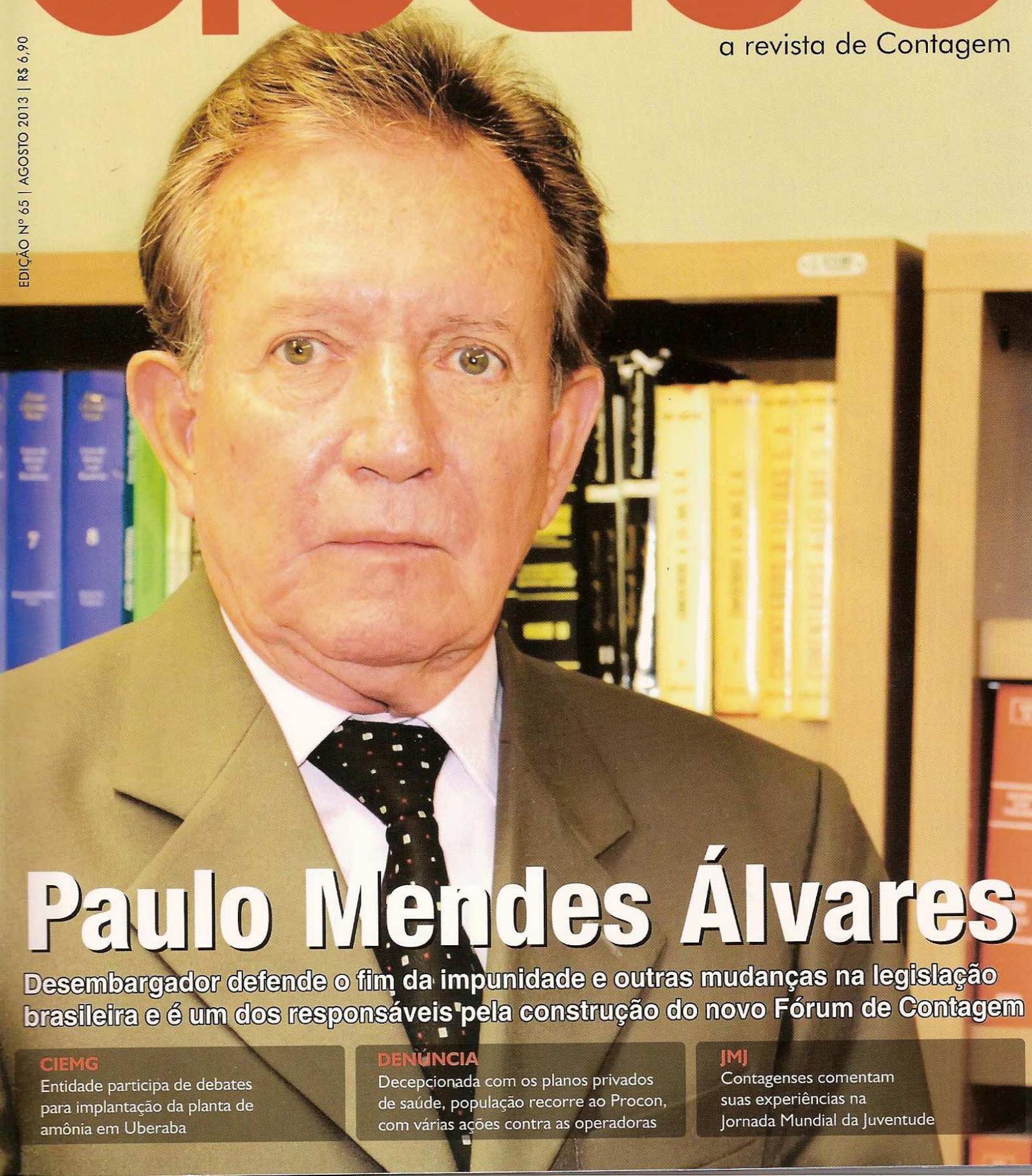


cidade

a revista de Contagem

EDIÇÃO Nº 65 | AGOSTO 2013 | R\$ 6,90



Paulo Mendes Álvares

Desembargador defende o fim da impunidade e outras mudanças na legislação brasileira e é um dos responsáveis pela construção do novo Fórum de Contagem

CIEMG

Entidade participa de debates para implantação da planta de amônia em Uberaba

DENÚNCIA

Decepcionada com os planos privados de saúde, população recorre ao Procon, com várias ações contra as operadoras

JMJ

Contagenses comentam suas experiências na Jornada Mundial da Juventude

Paulo Mendes Álvares

Desembargador defende o fim da impunidade e outras mudanças na legislação brasileira e é um dos responsáveis pela construção do novo Fórum de Contagem



Natural de Abaeté (MG), formado em Direito no ano de 1977, advogou até o ano de 1982, quando passou a exercer a magistratura no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 1984, foi aprovado no concurso da magistratura do Estado do Espírito Santo, onde ficou até maio de 1985. Assumiu o cargo de juiz de Direito de Minas Gerais, atuando nas Comarcas de Carmo do Paranaíba, Pompéu, Curvelo e em Contagem. Chegou ao município em 3 de agosto de 1992, onde se tornou bastante respeitado por

realizar trabalhos de grande repercussão e também por ter sido um dos responsáveis para que a construção do Novo Fórum de Contagem se tornasse uma realidade. Em julho de 2013, foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Em entrevista à Revista Cidade, Dr. Paulo Mendes Álvares fala um pouco da sua trajetória, a importância do novo Fórum na cidade e suas expectativas como desembargador, além de uma avaliação crítica sobre a violência e a legislação brasileira.

“*Como desembargador, espero continuar trabalhando para que a Justiça seja cada vez mais ágil e célere*”

O senhor atuou por 21 anos em Contagem. Quais os principais desafios que enfrentou na cidade?

Durante quase 21 anos, atuei em Contagem, sendo, por duas vezes, diretor do Foro Judicial e duas vezes diretor do Foro Eleitoral. Em relação aos desafios, o juiz não enfrenta desafios, mas apenas os mais diversos problemas, como acúmulo de serviço, falta de estrutura funcional, uma vez que o Judiciário tem que sobreviver com um orçamento muito aquém de suas necessidades. Grande parte dos problemas também se deve ao fato de que Contagem, por ser um polo industrial, é uma cidade que oferece muitas frentes de trabalho e, com isto, atrai pessoas de todas as partes do mundo. Aqui, nós temos italianos, americanos, alemães, todos empregados nas grandes empresas que aqui estão localizadas. Temos também pessoas de vários estados e de outros municípios mineiros que para cá vieram atraídas por empregos, por faculdades e outras atividades profissionais.

Raramente, juízes se tornam desembargadores sem antes passar pela Comarca de Belo Horizonte. De Contagem, o senhor tornou-se desembargador. Como se deu essa transição e quais os próximos projetos profissionais?

Para que o juiz de carreira seja promovido a desembargador, ele tem, necessariamente, que passar pelas entrâncias inicial, intermediária, final e especial. Antes, só a Comarca de Belo Horizonte era classificada como de entrância especial, mas, no ano de 2003, várias outras foram elevadas a esta entrância, inclusive a de Contagem, mas os juízes que nelas estavam teriam de ser promovidos para tal entrância. Eu fui o primeiro juiz destas comarcas elevadas à entrância especial a ser promovido e optei por ficar em Contagem, ao invés de ir para Belo Horizonte, como muitos fizeram e fazem, até hoje. Por ser o mais antigo nessa entrância, acabei sendo promovido para o Tribunal de Justiça. Como desembargador, pretendo continuar trabalhando como antes, ajudando,

se possível, a fazer uma Justiça célere e ágil.

O senhor já julgou casos que entraram para a agenda midiática. Conte-nos um julgamento inesquecível?

Para o juiz, todas as questões que lhe são apresentadas são importantes. Uma causa de valor expressivo envolvendo pessoas ricas tem o mesmo proveito econômico que uma causa de valor ínfimo que envolve pessoas de poucos recursos. Um caso, no entanto, sempre me vem à lembrança. Num garimpo de diamante, no Córrego São Bento, na comarca de Carmo do Paranaíba, foi encontrada uma pedra de alto valor. Naquele local havia duas frentes de garimpagem denominadas “catas”, uma no barranco da direita e outra no barranco da esquerda do córrego, sendo uma do Sr. João Rosa e a outra de um senhor de nome José Niquinha. A tal pedra foi encontrada pela manhã de um Sábado de Aleluia, por um afilhado de João Rosa, no momento em que ele lavava as vasilhas da cozinha e, como era um dia santo, ninguém mais estava no garimpo.

Como a notícia do achado da pedra logo se espalhou na região, José Niquinha entrou com uma medida cautelar de busca e apreensão da pedra, alegando que ela teria sido encontrada na “cata” dele, isto porque naquele local o córrego fazia uma curva para o lado dela e, por certo, a correnteza faria com que o cascalho ali se acumulasse. Tudo isto ele cuidou de demonstrar com uma perícia feita por um engenheiro especialista no assunto. Por cautela, concedi a liminar, determinando a apreensão da pedra, embora imaginasse que tal providência não seria cumprida, já que a pedra certamente já teria sido vendida para o exterior. Para minha surpresa, o Sr. João Rosa a levou ao Fórum e ela foi depositada no Banco do Brasil. Como se tratava de pedra de muito valor, as partes acabaram fazendo um acordo e o afilhado de João Rosa acabou sendo aquinhoadado com uma boa casa e um Escort XR3, zero quilômetro. Esse caso chamou a atenção da imprensa do Brasil todo.

Foto: Elias Ramos



Como o senhor avalia os prazos das decisões da Justiça Mineira?

Os prazos são necessários e não atrasam as decisões da Justiça. A causa principal da morosidade são os inúmeros recursos previstos na legislação processual.

Quais os processos com maior volume e tramitação na Justiça?

Atualmente, o maior número de processos que tramitam na área cível encerra questões entre bancos e clientes, e vice-versa.

O senhor é adepto à conciliação?

Sempre fui adepto da conciliação, não só por ser ela prevista na legislação, mas também porque, através dela, é possível resolver muitas pendências.

Como o senhor avalia os bacharéis em Direito que estão chegando ao mercado?

Como em todos os segmentos, há bons profissionais e outros menos preparados, quer sejam recém-formados ou não.

“
A principal causa da
violência no país é a
impunidade. E a melhor
forma de combatê-la é
mudar as leis, o que não
depende do juiz, mas dos
legisladores que estão em
Brasília
”

Quais são suas expectativas como desembargador?

Como já dito, espero continuar trabalhando para que a Justiça seja cada vez mais ágil e célere.

A violência aumenta cada vez mais, ampliando também o poder das organizações criminosas. Quais os fatores que o senhor julga como caminhos para a criminalidade? Como o senhor avalia a atual legislação do país no que tange à violência?

A violência aumenta a cada dia. As causas são as mais variadas, mas a principal delas, a meu ver, é a impunidade. Nossas leis são muito brandas e a execução das penas muito benéficas. Manter um criminoso preso é uma dificuldade, pois as leis não o permitem.

O Brasil está entre os países onde a impunidade reina. Qual a melhor forma de combatê-la?

Nossas leis são muito brandas, o que permite a impunidade no Brasil. E a melhor forma de combatê-la é mudar as leis, o que não depende do juiz, mas dos legisladores que estão em Brasília.

“

A construção do novo Fórum é um sonho antigo da Comarca de Contagem que está se tornando realidade

”



Foto: Elias Ramos

Sobre a falada redução da maioria penal, o senhor é contra ou a favor? Por quê?

Já devia ter sido instituída. Hoje, o jovem já tem perfeitas condições de saber o que é lícito ou não. Sou inteiramente a favor de se reduzir a maioria penal para 16 anos.

Nessa edição, a Revista Cidade traz uma matéria especial sobre a construção do novo Fórum. Qual a sua importância para o município de Contagem?

Há muito, a Comarca de Contagem está esperando por um novo prédio que possa abrigar o Fórum. Hoje, os serviços da Justiça estão em cinco unidades. Varas cíveis e criminais, no prédio antigo; Varas de família noutro; Varas de Fazendas noutro; Vara da Infância noutro e o Juizado Especial noutro local. Tudo isto traz dificuldades para a administração e, sobretudo, para os advogados e para os jurisdicionados. Com a construção do novo Fórum, todas as Varas ficarão no mesmo local. É um sonho antigo da comarca que está se tornando realidade.

“

Hoje, o jovem já tem perfeitas condições de saber o que é lícito ou não. Sou inteiramente a favor de se reduzir a maioria penal para 16 anos

”

(Paula Emmanuella Fernandes) ■